

# A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR BILÍNGUE NA EDUCAÇÃO DO SURDO

Ana Caroline Félix Fonseca de Souza Arantes<sup>1</sup>  
Edna Misseno Pires<sup>2</sup>

## RESUMO

A educação dos surdos tem sido alvo de discussões principalmente no âmbito educacional devido o fato de que a inclusão das pessoas com deficiência exige mudanças significativas. O objetivo desta pesquisa é analisar a importância da formação de professores bilíngues para a inclusão dos surdos, visando também compreender o processo histórico da inclusão bem como as leis e as políticas públicas para a sua efetivação. Para tanto foi necessário levantar a seguinte problemática: Qual a real importância do professor bilíngue para o processo de aprendizagem do aluno surdo? Para responder esta questão foi necessário utilizar a pesquisa bibliográfica baseada em alguns autores. Foi necessário fazer um levantamento das leis e políticas públicas que apoiam a inclusão do surdo na rede regular de ensino.

Palavras chaves: Surdez. Língua de sinais. Bilinguismo. Formação docente.

## ABSTRACT

The deaf education has been the subject of discussion especially in the educational field due the fact that the inclusion of persons with disabilities requires significant changes. The objective of this research is to analyze the importance of training of bilingual teachers for the inclusion of deaf people, aiming also to understand the historical process of inclusion as well as the laws and public policies to be effective. Therefore it was necessary to raise the following issues: What is the real importance of bilingual teacher for the learning process of deaf students? To answer this question it was necessary to use a literature search based on authors such as Fernandes (2010), Goldfeld (2002) and Quadros (1997). It was necessary to make a survey of the laws and public policies that support inclusion of deaf people in mainstream education.

Keywords: Deafness. Sign language. Bilingualism. Teacher training

## INTRODUÇÃO

No âmbito educacional, a educação do surdo tem sido alvo de discussões, pois para que a inclusão das pessoas com necessidades especiais seja efetiva há necessidade de mudanças significativas tanto no espaço físico das escolas quanto no corpo docente e principalmente com o professor na busca da qualificação especial para receber o aluno surdo que no decorrer da história não tinha garantido o direito de estudar nas escolas de ensino regular.

Portanto o objetivo desta pesquisa é analisar a importância da formação de professores bilíngues para a inclusão do surdo, visando compreender o processo histórico da inclusão bem como as leis e políticas públicas para a sua efetivação. Sendo assim foi necessário levantar a

---

<sup>1</sup> Discente da Pós-Graduação em formação de professores bilíngues para a educação de pessoas surdas da Faculdade Araguaia. e-mail: ana\_rodrigo\_ar@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Docente da Faculdade Araguaia - GO

seguinte problemática: Qual a real importância do professor bilíngue para o processo de aprendizagem do aluno surdo? Para responder esta questão foi preciso realizar a pesquisa bibliográfica baseada em autores tais como: Fernandes (2010), Goldfeld (2002) e Quadros (1997).

Foi necessário fazer um levantamento da história da educação dos surdos em que destacam-se três abordagens educacionais: o oralismo que defende a língua oral como método de ensino e aprendizagem, a comunicação total que defende o uso de qualquer meio de comunicação para o ensino da pessoa surda e o bilinguismo que defende que a língua de sinais é a língua natural da pessoa surda, que deve ser usada para a comunicação e o ensino da língua oral como segunda língua em sua modalidade escrita e também defende que a pessoa surda participa de uma comunidade e uma cultura diferente dos ouvintes.

O bilinguismo desde a década de 80 está sendo a filosofia difundida nas escolas com o apoio das leis e políticas públicas que implantaram a inclusão na rede regular de ensino. Sendo assim foi de grande importância citar as leis que defendem a inclusão, o uso da Libras - Língua brasileira de sinais - e a qualificação do professor para receber os alunos surdos.

Neste artigo enfatizou-se a importância da qualificação do professor para que ele se torne bilíngue e que ele não só aprenda a língua de sinais, mas aprenda sobre a comunidade surda e sobre as adaptações curriculares a serem realizadas com intuito de ensinar, educar e incluir o surdo na escola.

## **A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO SURDO E A FORMAÇÃO DE PROFESSOR BILÍNGUE**

A história da educação dos surdos por muito tempo esteve pautada no preconceito. A sociedade acreditava que sem fala não podia desenvolver o pensamento, portanto o surdo não podia ser considerado um ser humano competente por não falar. Mais tarde foi comprovado que tal conceito é errôneo.

Na antiguidade os surdos foram excluídos da sociedade, pois muitas pessoas achavam que eles foram castigados por deuses ou eram enfeitiçados, de modo que eram abandonados ou sacrificados. Até o século XV os surdos eram totalmente marginalizados e não possuíam direitos assegurados, não tinham direito a herança e não se casavam (GOLDFELD, 2002). Porém no final do século XV e início do século XVI, o monge beneditino, Pedro Ponce de León, na Espanha ensinou alguns surdos a falar por meio de uma metodologia chamada de

datilologia (representação manual das letras do alfabeto) e com essa metodologia conseguiram usar a escrita (GOLDFELD, 2002).

A França foi a precursora na educação dos surdos e no ano de 1750, o Abade Charles Michel de L'Epeé aprendeu nas ruas de Paris, com os surdos, a língua de sinais e criou os 'Sinais Metódicos' – uma junção da língua de sinais com a gramática sinalizada francesa – e com esse método, Abade fundou o Instituto Nacional para Surdos-Mudos. Com a morte do Abade o método de ensino mudou para o oralismo (GOLDFELD, 2002).

A educação dos surdos expandiu por todo mundo despertando reflexões principalmente no campo educacional de modo geral em 1880 no Congresso Internacional de Educadores de Surdos, em Milão, por grande influencia de Alexandre Graham Bell, foi decidido por votação que o método de ensino oficial seria o Oralismo e o uso da língua de sinais foi proibido. Este fato trouxe como conseqüência a dificuldade de aprendizado para os surdos. No entanto, mesmo com a proibição do uso da língua de sinais, os surdos continuaram usando os sinais quando estavam fora da sala de aula (GOLDFELD, 2002).

O oralismo defende que a surdez é uma deficiência que tem que ser diminuída pela estimulação auditiva. A estimulação faria com que o aluno surdo se integrasse a comunidade do ouvinte por meio da oralização. (GOLDFELD, 2002). O oralismo vê a surdez como uma doença que poderia ser cuidada com o uso do AASI (Aparelho de Amplificação Sonora Individual) a abordagem oralista durou até a década de 60 do século XX.

Com o fracasso do oralismo na educação do surdo, Dorothy Schifflet que tinha um filho surdo começou a utilizar o método que combinava língua de sinais, língua oral, leitura labial, treino auditivo e alfabeto manual para educar seu filho e em 1968, Roy Holcom chamou esse método de Comunicação Total (GOLDFELD, 2002).

A Comunicação Total surgiu na década de 70 utilizando qualquer forma de comunicação na educação do surdo, seja códigos manuais, a linguagem oral ou a língua de sinais. O aprendizado de uma língua não era o objetivo da comunicação total e sim a comunicação, então fazia o uso simultâneo destes códigos manuais com a língua oral, ou seja, a língua oral sinalizada e obedecendo as regras gramaticais da língua oral (GOLDFELD, 2002).

Os surdos entrevistados, que abordaram a questão, rejeitaram a utilização do Português Sinalizado no processo educativo, argumentando que este sistema de linguagem artificial atrapalha grandemente o aprendizado, pois dificulta a compreensão daquilo que está sendo expresso. Observam que as informações

chegam truncadas, redundantes e contraditórias pelo uso simultâneo de duas línguas de modalidades diferentes (SÁ, 1999, p. 118 e 119).

Muitos consideram que a comunicação total como uma linguagem artificial que dificulta a aprendizagem e o entendimento, pois a língua de sinais possui estrutura diferenciada da língua oral e por isso o ser humano tem dificuldade de processar simultaneamente as duas línguas (GOLDFELD, 2002). A comunicação total fracassou quando William Stokoe linguista americano que na década de 60 defendia que a língua de sinais era legítima e provou com sua pesquisa que ela possuía estrutura própria, todas as características das línguas orais e que são adquiridas naturalmente pelos surdos.

O bilinguismo surge na década de 80 que permite o surdo a aprender a língua de sinais como a primeira língua (L1) e depois aprender a língua oficial do país como segunda língua (L2), no caso do Brasil, o português, além de considera o surdo como uma pessoa que possui uma cultura, uma língua, uma forma de pensar, de agir e não o surdo como uma pessoa que não é capaz de escutar, afinal a surdez não impossibilita o surdo de realizar diversas atividades (GOLDFELD, 2002).

Na década de 90 a filosofia bilíngue é implantada na escola. O bilinguismo divide-se em duas formas de educar a criança surda. A primeira defende que a criança deve aprender a língua de sinais e a língua oficial de seu país juntas e a segunda acredita que a criança deve aprender a língua de sinais primeiro e depois começar aprender a língua portuguesa na modalidade escrita (QUADROS, 1997).

No Brasil utiliza-se a Libras (Língua Brasileira de Sinais) que foi reconhecida como língua conforme a lei federal 10.436 de 2002. A lei esclarece que a língua brasileira de sinais – Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa (SALLES *et al*, 2004), então a pessoa surda deve aprender a ler e a escrever a língua portuguesa.

O atraso da linguagem da criança surda causa danos sociais, emocionais e cognitivos é o que afirma Goldfeld (2002). Essa afirmação esclarece que a dificuldade que a criança surda tem quando não aprende a língua de sinais a prejudica não somente na comunicação com outras pessoas, mas no aprendizado e nos seus direitos como cidadã.

A criança surda deve ser estimulada precocemente a aprender a LIBRAS com um adulto surdo que saiba a língua de sinais (FERNANDES, 2010) muitas vezes as crianças surdas chegam a escola sem o contato com uma pessoa surda, no caso dos filhos de ouvinte, então é necessário que na escola a criança surda seja logo recebida por uma pessoa que

pertence a sua comunidade cultural, social e linguística (QUADROS, 1997), assim com o contato com a língua de sinais com o instrutor surdo a criança começa a criar sua identidade.

É sabido que mais de 90 % dos surdos têm família ouvinte. Para que a criança tenha sucesso na aquisição da língua de sinais é necessário que a família também aprenda esta língua para que assim a criança possa utiliza-la para comunicar-se em casa (GOLDFELD, 2002, p. 44).

È necessário que pais ouvintes que tem filhos surdos aprendam a língua de sinais, conheçam a comunidade surda e que saibam que seus filhos descobrem o mundo de forma visuoespacial para que a criança surda não seja excluída de comunicar-se com sua família (FERNANDES, 2010).

Foi constatado por meio de estudos que as crianças surdas filhas de pais surdos tem o desempenho escolar melhor que as filhas de pais ouvintes, pois a criança com pais surdos começam a aprender a Língua de sinais desde a primeira experiência comunicativa, de forma natural, além que a surdez é tratada com naturalidade neste ambiente familiar. A criança com pais surdos por ter acesso precocemente a língua de sinais tem obtido êxito na qualidade da língua portuguesa em sua modalidade de leitura e produção de texto em relação a produção de uma criança surda filha de pais ouvintes (QUADROS,1997).

O bilinguismo propõe ensinar a língua oral para a criança surda na modalidade escrita, ou seja, a leitura e a produção escrita e a língua de sinais deve ser utilizada como o meio de comunicação para auxiliar no ensino da língua portuguesa (SALLES *et all*, 2004).

Na educação do surdo o bilinguismo representa não só a aprendizagem da língua de sinais como L1, mas representa questões políticas, sociais e culturais, portanto a escola inclusiva deve garantir que todo conteúdo curricular seja ensinado na língua de sinais (QUADROS, 2010). Sendo assim é necessário que a língua portuguesa seja ensinada em momentos específicos das aulas e que o professor bilíngue enfatize que estão desenvolvendo a língua portuguesa.

A aprendizagem da língua portuguesa como L2 na modalidade escrita é importante para pessoa surda, pois é através da língua oral que a pessoa surda terá informação de forma independente na sociedade (QUADROS,2002).

O programa pedagógico para pessoas com necessidades especiais está amparado por leis e políticas públicas a Constituição Federal Brasileira, 1988, Capítulo III, Seção I, art. 208, inciso III assegura a educação especializada aos deficientes na rede regular de ensino, e no art. 205 a Constituição garante que a educação regular é direito de todos (BRASIL, 2011). Mas

somente na Conferência Mundial de Educação Especial, que ocorreu em Salamanca, Espanha em 1994, que estiveram presentes representantes de 88 governos e 25 organizações internacionais. Na Conferência Mundial foi reconhecida a importância de incluir as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino (UNESCO, 1994).

No que se refere ao trabalho do professor, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases para Educação Brasileira) 9394/96, em seu art. 58º e 59º transmite que a educação escolar deve ser oferecida na rede regular de ensino para as pessoas que necessitam de educação especial sendo que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;...; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições no trabalho competitivo, mediante articulação com órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora (BRASIL/MEC, 2010, p. 43).

A LDB assegura a metodologia a ser adaptada para atender a todos os alunos, os profissionais que não estão qualificados para atender alunos especiais buscarem essa qualificação e que os alunos especiais integrem a sociedade como outro aluno qualquer.

De acordo com Carvalho (2004) independentemente de quem seja o aprendiz ele deve está incluído em escolas comuns, e que o trabalho pedagógico atenda a todos sem discriminação. Para o atendimento as crianças com necessidades educacionais especiais há necessidade de uma equipe multidisciplinar e multiprofissional de apoio na sala de aula até os programas adicionais à aprendizagem e caso seja necessário a assistência externa com auxílio de profissionais especializados (UNESCO, 1994).

Sendo assim a “questão da língua implica mudança na arquitetura, nos espaços, nas formas de interação, nas formações de professores bilíngues, de professores surdos e intérpretes de língua de sinais (Fernandes, 2010, p. 33) e como medida para garantir a formação de profissionais capacitados para atender os surdos o decreto 5.626 de 2005 garante o uso da LIBRAS na educação do surdo desde a educação infantil até a superior, o ensino da

Língua portuguesa como segunda língua, o tradutor e o interprete de LIBRAS- Língua Portuguesa, o professor bilíngue e o instrutor de LIBRAS.

Quanto as características de um professor bilíngue Davies apud Quadros (1997) descreve três aspectos básicos, o primeiro o professor deve enfatizar a importância de a criança surda dominar a língua de sinais e língua portuguesa em sua modalidade escrita, o segundo o professor deve conhecer fluentemente as duas línguas e o terceiro que o professor deve respeitar as duas línguas e considerar as diferenças de cada língua.

Para que o trabalho bilíngue seja de qualidade é necessário preparação e conforme Libanê (1994) afirma que a formação do professor é um processo pedagógico, intencional e organizado, de preparação teórico científica e técnica do professor para dirigir com competência o processo de ensino. Então para que o professor atinja o seu objetivo é necessário que realize um conjunto de operações didáticas, são elas o planejamento, a direção do ensino e da aprendizagem e a avaliação.

Para que o professor faça o planejamento de ensino requer que ele domine o conteúdo da matéria que leciona; tenha a capacidade de organizar a matéria em tópicos básicos; selecione os conteúdos destacando conceitos e habilidades principais da matéria; conheça as características culturais, sociais e individuais dos alunos e o nível escolar que eles se encontram; conheça e domine os métodos de ensino e procedimentos didáticos conforme o tema a ser tratado e as características dos alunos; conheça os programas oficiais e adequando eles as necessidades da escola e dos alunos; compreenda a relação entre a educação escolar e os objetivos sociopolíticos e pedagógicos; utilize outras referências além do livro didático da disciplina e informe-se sobre novos conhecimentos específicos da matéria e os acontecimentos culturais e políticos entre outros.

Para a direção do ensino e da aprendizagem é necessário que o professor domine os métodos de ensino, procedimentos, técnicas e recursos auxiliares; expresse com clareza as ideias, fale de modo acessível para que os alunos entendam; faça com que os alunos pensem por si mesmos e tirem suas conclusões para responder perguntas ou solucionar problemas; conheça as possibilidades intelectuais dos alunos, as suas experiências de vida e o seu nível de conhecimento; instigue o interesse pelo estudo e faça com que o aluno perceba a importância da escola para a participação democrática na vida profissional, política e cultural.

Para a avaliação o professor precisa verificar continuamente se atingiu os objetivos de rendimento das atividades tanto do aluno quanto dele mesmo; utilize de meios e instrumento

de avaliação diagnóstica, ou seja, através da avaliação verificar o rendimento dos alunos, as dificuldades e caso os resultados não sejam satisfatórios reformular o trabalho docente e que conheça as várias modalidades de avaliação qualitativa além das provas.

Para atender alunos surdos é necessário o professor ter uma preparação especial, sendo assim na Declaração de Salamanca há o destaque de que o professor tem um papel fundamental na educação dos alunos e que ele necessita de treinamento especial, pois assim terá autonomia para adaptar o currículo atendendo as necessidades especiais dos alunos na escola inclusiva. (UNESCO, 1994).

O professor bilíngue deve adaptar o currículo escolar em uma perspectiva visuoespacial garantindo o acesso dos conteúdos escolares por todos e usar a língua de sinais, pois ela é o instrumento de comunicação do aluno surdo (FERNANDES, 2010).

[...] a educação bilíngue depende da presença de professores bilíngues. Assim pensar em ensinar uma segunda língua pressupõe a existência de uma primeira língua. O professor que assumir esta tarefa estará embuído da necessidade de aprender a língua brasileira de sinais (QUADROS, 2006, pg. 19) .

O professor deve se qualificar para saber que a língua de sinais é uma língua visuoespacial que é produzida pelas mãos e recebida pelos olhos onde “os articuladores primários são as mãos que se movimentam no espaço em frente ao corpo e articulam sinais em determinadas locações nesse espaço” (QUADROS e KARNOPP, 2004) podendo articular os sinais com uma ou as duas mãos e não tem distinção se utilizar a mão esquerda ou direita. Tanto o movimento do corpo quanto o da face desempenham funções na língua e os principais parâmetros da língua de sinais são: locação refere-se ao lugar no corpo ou no espaço de articulação definido pelo corpo em que ou perto da qual o sinal é articulado, a os movimentos da mão ou do pulso e a configuração de mão que é a forma que a mão toma ao ser realizado o sinal. Há ainda a expressão facial e ou corporal que complementam o sinal.

Devido a diferença da língua de sinais e a língua oral os alunos surdos tem dificuldade no aprendizado da língua oral em sua modalidade escrita, então cabe ao professor orientar o aprendizado da escrita como L2 e o professor deve ser capacitado quanto ao ensino de uma segunda língua.

Quanto ao ensino da língua oral em sua modalidade escrita o professor bilíngue deve exercer atividades com textos antecedidas pela leitura dos textos em sinais. Após o aluno surdo saber do que se trata o texto o professor tem que provocar o interesse pelo tema por



meio de discussão, ou debate, ou de estímulo visual, ou por meio de brincadeiras e ou atividades que facilitam a compreensão do texto.

Em todo processo do ensino da L2 o professor precisa conversar na língua de sinais para instigar o interesse e a curiosidade na leitura e no entendimento dos textos a serem trabalhados. O professor deve discutir sobre alguns elementos linguísticos existentes no texto, pois pode ser útil para o aluno que está aprendendo a ler. Depois que o aluno surdo compreender o texto é necessário que ele produza um texto escrito.

Em relação à escrita Nunan apud Quadros (1997) apresenta como de suma importância para o escritor que está aprendendo uma L2 as seguintes habilidades:

- a) O domínio de mecanismos de formação de estruturas;
- b) A obediência a convenções de pontuação e formação de palavras;
- c) O uso do sistema gramatical para transmitir significado;
- d) A organização do conteúdo em nível parágrafo e texto completo para apresentar nova informação e estruturas de tópico/comentário;
- e) O aprimoramento e revisão de esforços iniciais;
- f) A seleção de um estilo apropriado conforme o interlocutor. (QUADROS,1997,p 97 e 98)

Estas habilidades se encaixam em três níveis da escrita a pré-escrita, a escrita e a reescrita, sendo de grande importância para o aluno surdo passar por estas etapas de aquisição da escrita da segunda língua, pois é através delas que o professor percebe se o aluno está avançando na aprendizagem e é com a produção de texto que o professor bilíngue poderá observar o processo de interferência da língua materna na língua que está sendo aprendida pelo aluno surdo, ou seja, na escrita da língua oral e assim orientar melhor as dificuldades apresentadas nos textos produzidos e instigando o aluno surdo a utilizar a leitura e a escrita também fora do ambiente escolar com amigos e familiares seja por celular via mensagem, por *e-mail*, *site* de conversas e outros.

O professor deve compreender que o ambiente do ensino da língua oral – L2 – para o aluno surdo é artificial, pois a pessoa surda não aprende a língua oral de forma espontânea ao está em um ambiente natural da língua oral devido sua condição física (QUADROS, 1997), condição esta que não impede o aprendizado da língua de forma adequada.

Quanto as escolas que os professores não são bilíngues faz-se necessário a ajuda do interprete da língua de sinais para intermediar as explicações do professor dos conteúdos escolares traduzindo da língua oral para a língua de sinais e vice-versa e neste caso o professor deve buscar formação adequada o quanto antes para orientar o ensino e a

aprendizagem utilizando a língua de sinais na comunicação com o aluno surdo e não só buscando a aprender a língua de sinais, mas aprender sobre a cultura surda, as metodologias a serem utilizadas e adaptadas para que o aluno surdo tenha melhor aproveitamento no processo de ensino e aprendizagem.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer da história da educação do surdo houve muito preconceito em relação a surdez que com pesquisas de linguistas, educadores e com ajuda dos próprios surdos desmistificaram teorias antes aplicadas a eles que não passavam de teorias preconceituosas.

A educação dos surdos passou por três abordagens educacionais o oralismo que priorizava a língua oral, a comunicação total e atualmente o bilinguismo. Foi possível observar que o bilinguismo prioriza a língua de sinais como primeira língua e a língua oral na modalidade escrita. No Brasil o bilinguismo tem sido utilizado desde a década de 80 onde se utiliza a Libras (Língua Brasileira de Sinais), porém o bilinguismo conseguiu avanço após o reconhecimento da Libras como língua plena conforme a lei federal 10.436 de 2002.

E para que o trabalho bilíngue seja de qualidade é necessário que o professor tenha preparação, sendo assim que realize um conjunto de operações didáticas, que domine os métodos de ensino, procedimentos, técnicas e recursos e verifique continuamente se atingiu os objetivos de rendimento tanto do aluno quanto dele, além de possuir uma preparação especial, aprendendo a língua de sinais e a realizar atividades que provoque interesse nos alunos com estímulo visual.

Portanto a educação bilíngue para os alunos surdos é de suma importância, pois assim os professores poderão ensinar, educar, orientar e se comunicar com o aluno surdo e incluir a família e toda a equipe multidisciplinar e multiprofissional de apoio neste processo de ensino e aprendizagem.

É importante que haja mais pesquisas quanto a formação de professores para melhor incluir a pessoa surda, pois ainda muito tem se discutido e poucos trabalhos são divulgados e além deste tema creio que temas relacionados a metodologia de ensino para surdo será de grande importância no âmbito educacional.

### **REFERÊNCIA**

BRASIL, LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”** / Rosita Edler Carvalho. – Porto Alegre: Mediação, 2004.

FERNANDES, Eulalia, **Surdez e bilinguismo** / Eulalia Fernandes, Org.: Ronice Muller de Quadros...[ et al.] – Porto Alegre: Mediação, 2010.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda : linguagem e cognição numa perspectiva socio-interacionista** / Marcia Godfield. - 5ª Ed. – São Paulo: Plexus Editora, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática** / Jose Carlos Libâneo. – São Paulo: Cortez, 1994. - (Coleção magistério. Serie formação de professor).

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**/ Ronice Müller Quadros. – Porto Alegre: Artmed, 1997.

\_\_\_\_\_. **Ideias para ensinar português para alunos surdos** / Ronice Müller Quadros, Magali L. P. Schmiedt. MEC, SEESP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos** / Ronice Müller Quadros e Lodenir Becker Karnopp. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

SÁ , Nidia Regina Limeira de. **Educação de surdos: a caminho do bilinguismo** / Nidia Regina Limeira de Sá. – Niteroi: EdUFF, 1999.

SALLES, H. M. M. L. *et all.* **Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: Caminhos para a Prática Pedagógica.** Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação Surdos, 2004.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educacionais especiais. Brasília, DF: CORDE, 1994.

Recebido em 13 de novembro de 2012.

Aprovado em 06 de dezembro de 2012.